

Natal, 01 de Junho de 2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 67/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2026

A empresa MAQ-LAREM MÁQUINAS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.938.508/0001-50, com sede na Av. Eptácio Pessoa, nº 2580, Loja 01, Shopping Moriah, bairro Tambauzinho, nesta Capital, representada por seu(s) representante(s) legal(is), vem, respeitosamente, à presença de V.Sa., apresentar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTOS referente ao Pregão Eletrônico – Processo nº 02/2026 com fundamento na Lei 14.133/21 e demais legislações aplicáveis, conforme se expõe a seguir.

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

Conforme dispõe o item 11 e seus subitens do Edital, o prazo para apresentação de esclarecimentos e impugnações é de 3 (três) dias úteis anteriores à abertura do certame. Assim, a presente manifestação é tempestiva.

#### **DOS FATOS E DIREITOS**

O presente certame tem como objetivo o registro de preço para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de outsourcing de tecnologia da informática (TI) com fornecimento de equipamentos novos de primeiro uso.

Ocorre que foram identificados pontos no Edital que necessitam de alteração, pois, na forma em que estão redigidos, inviabilizam a execução adequada do serviço e restringem a participação de empresas, comprometendo a competitividade do certame. Tal situação, além de gerar risco de nulidades processuais, prejudica diretamente o maior interessado: o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário.

Diante disso, passamos a expor as alterações necessárias para garantir a ampla competitividade e a conformidade legal do processo.

#### **DA NECESSÁRIA REVISÃO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO GLOBAL – VIOLAÇÃO À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04 E AO MANUAL DE BOAS PRÁTICAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO**

O presente certame, ao reunir em lote/global diversos tipos de equipamentos e serviços de naturezas distintas, afronta os princípios da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, especialmente por englobar soluções relacionadas a outsourcing de impressão juntamente com serviços classificados como Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sem a devida segregação técnica e operacional exigida pela regulamentação aplicável.

A Instrução Normativa nº 04, bem como o Manual de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal, especialmente em seu item 11 e respectivos subitens, como vemos abaixo, estabelecem diretrizes

claras quanto à necessidade de segregação das contratações de serviços de TIC, vedando o agrupamento indevido de objetos tecnicamente independentes, justamente para evitar direcionamentos, restrição de competitividade e concentração de mercado.

“11.1 – Aglutinações que possam diminuir a competitividade e criar dependência excessiva da contratada, como por exemplo: serviços de *outsourcing* de impressão com contratação de serviços de plotagem sob demanda ou de impressoras térmicas; serviços de *outsourcing* de impressão com serviços de GED ou, ainda, serviços de *outsourcing* de impressão com contratação de serviços gráficos/serigrafia ou grandes formatos em um mesmo contrato. Mesmo que existam justificativas para que as contratações ocorram juntamente, deve-se desmembrá-las em lotes, para adjudicação separada, conforme determinam o art. 23, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993, a Súmula 247 do TCU e art. 14, § 2o, I, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2014.”

No caso concreto, verifica-se que o edital promove a contratação global de equipamentos com características, finalidades e especificações distintas, abrangendo soluções heterogêneas que demandam especializações diversas dos licitantes. Tal modelagem compromete a ampla participação de empresas aptas a fornecer parcelas específicas do objeto, mas que ficam impedidas de participar em razão da indevida aglutinação contratual. Vale salientar também que o Consórcio é formado para atuar em prefeituras, que se enquadram como poder executivo, nos termos das instruções.

O próprio Manual de Boas Práticas do Ministério do Planejamento dispõe que o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, sobretudo quando os itens possuírem autonomia funcional e mercadológica, como ocorre no presente procedimento licitatório. A manutenção da licitação em lote único/global acaba por favorecer empresas de grande porte ou fabricantes específicos capazes de atender integralmente todas as exigências simultaneamente, em evidente prejuízo à competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

Além disso, a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União possui entendimento reiterado no sentido de que o parcelamento do objeto constitui regra nas licitações públicas, especialmente quando houver possibilidade de ampliação da competitividade sem prejuízo da execução contratual, conforme dispõe a Súmula nº 247 do TCU.

Outro ponto que corrobora com a solicitação de desmembramento é a que diz respeito as certificações exigidas para os licitantes terem, visto que, está sendo requerida certificações como a ITIL que é para comprovar o conhecimento de conjunto de boas práticas para o gerenciamento de Serviços de TI (ITSM). Que não justifica ter um técnico responsável por um serviço de outsourcing, quando na verdade para este profissional o registro no Conselho de Classe (CFT/CRT) é o que habilita para execução do serviço.

Dessa forma, requer-se a revisão do modelo atualmente adotado no Pregão Eletrônico nº 02/2026, com a necessária segregação dos objetos e respectivos serviços por natureza técnica e funcional, promovendo-se a

divisão em lotes distintos ou itens independentes, em conformidade com a Instrução Normativa nº 04, com o Manual de Boas Práticas do Ministério do Planejamento e com os princípios norteadores das licitações públicas.

Por fim, diante de tudo que foi apresentado nesta petição, requeremos que o Edital e Termo de Referência seja alterado para que mais participantes possam entrar no certame e que os princípios basilares do Direito Administrativo não sejam atacados.

### **DOS PEDIDOS**

Por todos os motivos apresentados é que passamos a requerer:

Que a impugnação seja acatada na integralidade para que o processo seja dividido por lotes distintos ou itens independentes para o melhor andamento do certame.

Que seja revisada de forma integral a especificação e as exigências do processo e que sejam sanadas as omissões;

Em razão de todo exposto, e com fundamentação nos dispositivos de Lei e jurisprudência “retro” estampados, requer, a IMPUGNAÇÃO do edital nas questões atacadas, pois como demonstrado caso venha a persistir com as mesmas exigências, será frustrada a moralidade, eficiência e a Supremacia do Interesse Público do Certame.

Assim, na expectativa de parecer favorável ao seu pleito, visando unicamente o bem do erário público, pautado no aumento da competitividade do certame, bem como ao disposto em Lei, com a certeza que a solicitação proposta não compromete o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação e, para tanto, contamos a vossa devida consideração.

Termos em que se pede deferimento,

---

Responsável Legal / Procurador